AMICUS CURIAE NO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DO ACESSO À JUSTIÇA NO STF

AMICUS CURIAE IN THE BRAZILIAN JUDICIAL PROCESS: A LOOK UNDER THE PERSPECTIVE OF ACCESS TO JUSTICE IN THE SUPREME COURT

Sofia Eloá de Oliveira Souza Brighenti[1]

RESUMO

O artigo analisa o papel do amicus curiae no processo judicial brasileiro, com enfoque no Supremo Tribunal Federal (STF), buscando compreender em que medida esse instituto contribui para o acesso à justiça e para a democratização do Judiciário. O problema de pesquisa consiste em verificar os limites e as potencialidades do amicus curiae como mecanismo de ampliação da pluralidade de vozes e de legitimação social das decisões judiciais. A pesquisa adota abordagem qualitativa e analítica, com estudo normativo (art. 138 do Código de Processo Civil e Lei 9.868/99), análise da jurisprudência do STF e exame de caso paradigmático (ADPF 442, sobre descriminalização do aborto). Os resultados demonstram que o instituto favorece a inclusão de grupos marginalizados e enriquece os debates constitucionais, reforçando o pluralismo democrático. Contudo, revelam também limites importantes, como barreiras de acesso enfrentadas por populações vulneráveis e o risco de captura por grupos com maior poder econômico e político. Conclui-se que o amicus curiae desempenha papel essencial no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, desde que acompanhado de critérios claros de admissibilidade e de medidas que assegurem sua efetiva função inclusiva, tornando as decisões judiciais mais justas, representativas e socialmente legitimadas.

Palavras-chave: *amicus curiae*; acesso à justiça; Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

The article analyzes the role of the *amicus curiae* in Brazilian judicial proceedings, with particular focus on the Federal Supreme Court (STF), seeking to understand the extent to which this institution contributes to access to justice and to the democratization of the Judiciary. The research problem consists in examining the limits and potentialities of the *amicus curiae* as a mechanism for expanding the plurality of voices and

[1] Mestranda em Direito pelo PPGD/UNESC. Bacharela em Direito pela UFPR. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade CERS.

enhancing the social legitimacy of judicial decisions. The study adopts a qualitative and analytical approach, combining normative analysis (Article 138 of the Code of Civil Procedure and Law No. 9,868/99), examination of STF case law, and discussion of a paradigmatic case (ADPF 442, concerning the decriminalization of abortion). The findings demonstrate that the institution promotes the inclusion of marginalized groups and enriches constitutional debates, thereby reinforcing democratic pluralism. However, they also reveal significant limitations, such as barriers to access faced by vulnerable populations and the risk of capture by groups with greater economic and political power. It is concluded that the *amicus curiae* plays an essential role in strengthening the Democratic Rule of Law, provided it is accompanied by clear criteria for admissibility and measures that ensure its effective inclusive function, thus making judicial decisions more just, representative, and socially legitimate.

Keywords: amicus curiae; access to justice; Brazilian Federal Supreme Court.

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto aborda os limites e as potencialidades do *amicus curiae* no sistema judicial brasileiro, analisando sua função no fortalecimento do acesso à justiça. O *amicus curiae*, que significa “amigo da corte”, é um mecanismo processual previsto no artigo 138 do Código de Processo Civil que permite a participação de entidades ou pessoas com interesse relevante em questões judiciais, oferecendo argumentos técnicos, sociais ou econômicos que possam influenciar a decisão do tribunal. Essa figura é especialmente importante em processos de grande relevância, como questões constitucionais ou de direitos humanos, nos quais diferentes vozes e perspectivas precisam ser consideradas.

Um aspecto central do *amicus curiae* no contexto do sistema judicial brasileiro é sua função como instrumento de representatividade para grupos marginalizados. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam barreiras estruturais para acessar a justiça de maneira direta, seja por limitações econômicas, organizacionais ou mesmo pela invisibilidade de suas demandas nos espaços institucionais.

No Brasil, o *amicus curiae* foi incorporado pela Constituição de 1988 e regulamentado posteriormente, ganhando destaque principalmente nos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Sua principal contribuição reside na potencial capacidade de democratizar o processo judicial, permitindo a

participação de grupos que, de outra forma, poderiam ser excluídos do debate judicial. Contudo, existem questionamentos sobre a efetividade real desse instrumento para ampliar o acesso à justiça, especialmente quando se trata de populações vulneráveis, que muitas vezes não têm o poder econômico ou organizacional para atuar como *amici curiae*.

Um dos limites enfrentados pela figura do *amicus curiae* no Brasil é a possível distorção de seu uso. Em alguns casos, ele tem sido utilizado por grandes empresas ou grupos de interesse com capacidade econômica para influenciar decisões judiciais, levantando preocupações sobre sua função de promover equidade no acesso à justiça.

Por outro lado, as potencialidades desse mecanismo não podem ser ignoradas. Quando usado de maneira adequada, o *amicus curiae* pode trazer uma pluralidade de perspectivas e informações técnicas que enriquecem a decisão judicial. Ele pode atuar como uma ponte entre o Judiciário e a sociedade, garantindo que decisões importantes não sejam tomadas sem considerar o impacto sobre diferentes segmentos da população, especialmente os mais vulneráveis.

Portanto, o trabalho busca explorar essas duas faces do *amicus curiae* no Brasil: no primeiro capítulo, será estudado esse instituto a partir da sua disposição legal e jurisprudencial – de que forma as fontes do direito discorrem sobre esse instrumento processual. Adiante, estudar-se-á o *amicus curiae* a partir da perspectiva do acesso à justiça e da sua democratização. Por fim, será analisado um caso concreto, a partir do qual será possível tirar conclusões importantes acerca da medida em que esse instituto, ao ser utilizado na prática, cumpre com o seu objetivo primordial.

2 PANORAMA DO *AMICUS CURIAE* NO BRASIL: DISPOSIÇÕES LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS

A figura do *amicus curiae* está prevista no artigo 138 do Código de Processo Civil, com a seguinte redação:

> Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
>
> § 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.
>
> § 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae* .
>
> § 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.[2]

Da redação do dispositivo legal, é possível depreender que se trata de instituto que pode ser adotado em qualquer instância jurisdicional. Contudo, no presente trabalho, analisar-se-á este instituto a partir do Supremo Tribunal Federal, sob a perspectiva do acesso à justiça. Mais especificamente, tratar-se-á de ações do controle concentrado de constitucionalidade, nas quais o *amicus curiae* também é previsto legalmente, na letra da Lei n.º 9.868/99, no seu artigo sétimo, parágrafo segundo:

> Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
>
> § 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.[3]

O *amicus curiae* é um instituto em crescimento no direito processual brasileiro que busca a legitimação social e democrática das decisões, o que é relevante especialmente em casos de grande impacto na sociedade como nas ações de controle de constitucionalidade concentrado. Para demonstração em números: entre 2006 e

[2] BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.
[3] BRASIL. **Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

2014, são pelo menos 30% de processos com manifestação de pelo menos uma organização enquanto *amicus curiae* em processos perante o Supremo Tribunal Federal.[4]

O crescimento do uso do *amicus curiae* no Brasil reflete a necessidade de um sistema judicial mais inclusivo, capaz de lidar com a complexidade das questões contemporâneas. Com o aumento do volume de processos[5] e da diversidade de demandas sociais, o papel dos *amici curiae* se torna mais relevante, pois contribui para a resolução de controvérsias que vão além do escopo das partes diretamente envolvidas.

Embora o *amicus curiae* seja, em essência, uma figura que tem a pretensão de contribuir para a ampliação do debate judicial, sua aceitação por parte do tribunal não deve ser vista como um processo automático. O julgamento sobre a admissibilidade de um *amicus curiae* deve observar critérios claros e transparentes, que garantam que sua intervenção seja realmente relevante para a decisão do caso. Caso contrário, o uso excessivo do instituto pode levar ao congestionamento do processo, diluindo a eficácia do debate e, por consequência, comprometendo a agilidade das decisões judiciais. Esse ponto levanta uma reflexão importante sobre a necessidade de um equilíbrio entre a ampliação da participação e a eficiência dos processos judiciais.

O processo eletrônico, entre vantagens e desvantagens no aspecto da eficiência,[6] trouxe enorme acessibilidade aos *amici curiae*, nas palavras de Eloísa Almeida:

---

[4] ALMEIDA, E.M. **Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

[5] "Na mesma corte, o número de novos processos por exercício passou de 18,5 mil em 1990, para 160,4 mil em 2002. Já as ações ajuizadas na primeira instância das Justiça Estadual, Federal e Trabalhista pularam de 5,1 milhões, em 1990, para 28,2 milhões, em 2012" (FARIA, José Eduardo. Judicialização da política, ativismo judicial e tensões institucionais. **Revista Bindi**: Cultura, Democracia e Direito, [S. l.], v. 2, n. 3, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10081129. Disponível em: https://revistas.inb.org.br/index.php/bindi/article/view/33)

[6] Uma das desvantagens mais relevantes que merecem menção nesse ponto é que grande parte da população brasileira não dispõe de meios e habilidades para utilizar os equipamentos eletrônicos necessários para acessar os procedimentos eletrônicos adotados pela Justiça (AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Acessibilidade social: um novo conceito como fator de inclusão no acesso à justiça, via processo eletrônico, à luz do princípio constitucional da isonomia material. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v.15, n.87 , p. [84]-105, dez. 2018).

> Se os processos eletrônicos não têm gerado um grande impacto no tempo do processo no Supremo Tribunal Federal, por outro lado tornam as petições de *amici curiae* muito mais disponíveis aos ministros, na medida que podem, com um clique, ter acesso à manifestação que antes se encontrava fisicamente atada a um processo em uma prateleira em um cartório, cujo deslocamento era certamente mais custoso e demorado.[7]

É inegável que, por meio deste instituto, pretende-se influenciar o processo mediante efetiva participação nesse para formação da decisão judicial, nos conformes do que se descreve Claudio Penedo Madureira: “as decisões jurídicas proferidas em seu corpo precisam ser legitimadas pela efetiva participação das partes na formação do juízo”.[8] O autor acredita em uma abordagem do processo civil que busca não apenas resolver conflitos, mas também construir decisões mais justas e legitimadas socialmente, evidenciando a relevância do CPC de 2015 como um marco no desenvolvimento do direito processual brasileiro.

É importante também considerar o papel que o *amicus curiae* desempenha na construção de um sistema judicial mais inclusivo. Sua atuação não se limita à apresentação de informações técnicas ou jurídicas – frequentemente, sua contribuição reside em trazer ao processo narrativas que refletem a realidade de segmentos da sociedade que, de outro modo, poderiam permanecer invisíveis ao Judiciário. Assim, o instituto funciona como um canal para a incorporação de novas perspectivas e saberes, que muitas vezes transcendem a esfera estritamente jurídica, integrando elementos sociais, culturais e até mesmo científicos à discussão judicial.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ressalta a característica colaborativa ou instrutória do “amigo da corte”, posto que este não dispõe de direito subjetivo objeto do processo:

> EMENTA Agravo regimental na ação direta de inconstitucionalidade. Decisão de indeferimento de ingresso de terceiro na qualidade de amicus curiae. Possibilidade. Poderes do ministro relator. Agravo não provido. 1. A atividade

[7] ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39502, p. 694.
[8] MADUREIRA, Claudio Penedo. Formalismo, instrumentalismo e formalismo-valorativo. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 253-283, 2015, p. 277.

> do amicus curiae possui natureza meramente colaborativa, pelo que não existe direito subjetivo de terceiro de atuar como amigo da Corte. 2. O relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando os critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, sua capacidade de efetivamente contribuir para a pluralização do debate. 3. Na hipótese dos autos, outras entidades com deveres, interesses e poderes de representação coincidentes já haviam ingressado na qualidade de amici curiae, não se mostrando conveniente, por razões de racionalidade e economia processual, a intervenção da agravante. 4. Agravo regimental não provido.[9]

A mesma decisão ressalta algo relevante: a decisão de admissão ou não do *amicus curiae* é monocrática, de forma que o escrutínio do relator, nos casos de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF, é muito relevante.

Eloísa Almeida ressaltou, em seu trabalho, uma preocupação em relação a esse aspecto: em uma ação de grande relevância social, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que tinha por objetivo a "não criminalização da antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico"[10], todos os pedidos de ingresso como *amicus curiae* foram negados, porém "Em contrapartida, foi realizada uma audiência pública, oportunidade em que foram ouvidos todos os que haviam requerido ingresso como *amicus curiae*, dentre outras entidades técnicas".[11][12]

Por fim, cabe ressaltar que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *amicus curiae* não dispõe de legitimidade recursal.[13]

---

[9] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5108 AgR, Relator: Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 20 fev. 2018, **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-043, divulgado em 6 mar. 2018, publicado em 7 mar. 2018. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024

[10] ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39502, p. 687.

[11] IBID.

[12] O fato de as instituições terem sido ouvidas em audiência pública pode ser alvo de discussão, haja vista que existem críticas no sentido de que há uma possibilidade de opiniões técnicas, em audiências públicas, não serem devidamente consideradas no processo decisório (OLIVEIRA, Jadson Correia de; SILVA, Ivan Luiz da; AMORIM, Fernando Sérgio Tenório de. As audiências públicas no STF: a adoção de um modelo cooperativo de controle de constitucionalidade das normas. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 39, n. 78, p. 175-198, 2018. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2018v39n78p175).

[13] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ementa: Embargos de declaração na ação direta de inconstitucionalidade. Ilegitimidade de oposição pelo amicus curiae. 1. O amicus curiae exerce atividade colaborativa e não está, portanto, inserido no rol dos legitimados para apresentar recursos nas ações de controle concentrado. 2. Não se aplica ao amicus curiae a disciplina do art. 138, § 1º, do CPC. 3. Embargos de declaração não conhecidos. ADI 5704 ED, Relator: Ministro André Mendonça, Tribunal Pleno, julgado em 10 out. 2022, **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-260, divulgado em 19 dez. 2022, publicado em 9 jan. 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024.

3 *AMICUS CURIAE* E ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça, assim como definido por Mauro Cappelletti e Bryant Garth,[14] é concebido como um direito dos mais básicos, pois é através deste direito que se reivindicam os demais. Apesar de os autores ampliarem a noção de acesso à justiça para além do enfoque processualista, pois não são apenas os tribunais o único meio de solução de conflitos, para este trabalho, focaremos em uma perspectiva do processo, por ser indissociável o instituto do *amicus curiae* da ação judicial.

A conexão entre o *amicus curiae* e o acesso à justiça é fundamental para compreender o impacto desse instituto no fortalecimento do estado democrático de direito. Ao criar uma ponte entre o sistema judicial e a sociedade, o *amicus curiae* possibilita que vozes antes marginalizadas sejam incluídas nos processos decisórios, promovendo maior representatividade. Essa abertura para contribuições externas ao Judiciário demonstra que a justiça não se limita ao diálogo entre as partes processuais, mas pode (e deve) ser enriquecida por atores que representam interesses coletivos e diversificados, fomentando uma abordagem mais pluralista na resolução de controvérsias.

Não se confunde o acesso à justiça com o "direito de ação", conforme pode se depreender do já exposto, visto que os tribunais não seriam o único método de resolução dos conflitos. Mesmo sob o enfoque processualista, o *amicus curiae* no contexto do processo judicial de controle concentrado de constitucionalidade é a comprovação disto, visto que grupos de interesse em determinada matéria podem interferir em uma dada ação sem, necessariamente, figurarem nela como parte. Existem, inclusive, autores que defendem até uma necessária imparcialidade do *amicus curiae*:

> A hipótese é de imparcialidade, vale a pena frisar, e não de neutralidade ou de necessário altruísmo. Neutro quem deve ser é o magistrado e seus auxiliares da Justiça. O *amicus curiae* deve ser imparcial no sentido de que o processo não o afeta diretamente, não afeta direito seu. É evidente que o amicus curiae pretende ver tutelado o interesse (institucional) que justifica sua intervenção e atuará para a sua respectiva tutela jurisdicional. Não há como desconsiderar essa realidade e, menos ainda, negar que a intervenção

[14] CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: SAFE, 1988.

> se dê justamente diante da existência, que pode ser mais ou menos discreta, deste interesse. O que não pode haver é direito seu, do próprio amicus curiae no processo em curso. Se houver, a hipótese é (ou, quando menos, pode ser) de intervenção de terceiro nas modalidades tradicionais e, a depender da intensidade do direito, de o interveniente pretender seu ingresso em juízo como parte, ainda que em litisconsórcio.[15]

Trata-se de uma posição que beira o polêmico, inclusive sob a perspectiva do acesso à justiça, considerando, primeiramente, os custos envolvidos, haja vista que não há custas processuais a serem pagas pelo *amicus curiae*,[16] enquanto o mesmo não pode ser dito para o litisconsorte. Contudo, a pretensa "imparcialidade" do *amicus curiae* é defendida, também, por decisões do STF: "Aos *amici* cabia apresentar elementos de fato e de direito que, por qualquer razão, escapassem do conhecimento dos juízes, assegurando a paridade de armas entre as partes, atuando de forma presumidamente imparcial".[17]

Independentemente do agente processual figurar como *amicus curiae* ou litisconsorte, conforme já mencionado, o objetivo é influenciar no processo de forma a serem ouvidas as manifestações e serem consideradas, de fato, na formação da decisão judicial, de forma que deve haver "um dever corresponde do tribunal em escutar as razões dos *amici curiae*".[18]

Ao serem ouvidos, os *amici curiae* têm o condão de levar ao conhecimento dos julgadores perspectivas diferentes em relação às mais variadas questões que são levadas ao Judiciário. Contudo, a representatividade trazida pelo *amicus curiae* não está isenta de desafios. Embora o instituto tenha o potencial de amplificar as vozes de grupos marginalizados, é importante reconhecer que nem todos os segmentos possuem os recursos organizacionais ou a visibilidade necessários para serem

---

[15] BUENO, Cássio Scarpinella. Amicus curiae. **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/163/edicao-1/amicus-curiae. Acesso em: 13 dez. 2024.
[16] ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39502, p. 683.
[17] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 602584 AgR, Relator: Ministro Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 17 out. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-065, divulgado em 19 mar. 2020, publicado em 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024
[18] ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39502, p. 702.

admitidos como *amici curiae*. A necessária representação por advogados,[19] por exemplo, é um potencial aspecto logístico e financeiro que impede que grupos mais vulnerabilizados acessem esse instituto.

O debate sobre o papel do *amicus curiae* no acesso à justiça, portanto, não pode se restringir apenas à análise de sua eficácia técnica ou de sua capacidade de ampliar a representatividade. É imprescindível que se considere também a necessidade de ajustes estruturais no sistema jurídico que possibilitem a inclusão real de grupos marginalizados. Nesse contexto, a efetiva democratização da justiça não depende apenas da abertura para a participação, mas também da criação de condições para que essa participação seja substantiva e impacte de fato as decisões judiciais.

4 O *AMICUS CURIAE* E A ADPF 442

A ADPF 442, proposta pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) na data de 08/03/2017, que propõe a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez, teve como seu principal desdobramento uma audiência pública, em que foram ouvidos cinquenta *amici curiae*, 33 a favor e 17 contra.[20]

Muito embora tenham sido ouvidos 50 *amici curiae*, são 56 *amici curiae* no total que constam no processo, sendo muitas delas grupos de estudos oriundos de universidades públicas, associações de todos os tipos (desde juristas religiosos até de mulheres estudiosas das ciências da saúde) e até instituições como Defensorias Públicas e Governos de Estados.[21]

São diversas as manifestações valorosas que podem contribuir para a formação da decisão judicial (que ainda não aconteceu) na ação em questão. A

[19] IBID, p. 685.
[20] RYBKA, Larissa Nadine; CABRAL, Cristiane da Silva. Morte e vida no debate sobre aborto: uma análise a partir da audiência pública sobre a adpf 442. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902023220527pt, p. 2.
[21] BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442**. Protocolado em 08/03/2017. Rel. Min. Flavio Dino. Disponível em https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865.

exemplo da manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do seu órgão NUDEM - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, em parceria com a Clínica de Litigância Estratégica em Direitos Humanos na FGV Direito SP – o NUDEM é um órgão que atua diretamente com mulheres que sofrem com a criminalização pela prática de aborto, sustentando, portanto, sua legitimidade para atuar como *amicus curiae* na ADPF em questão (movimento 78 da Arguição). Com certeza, a contribuição dessa organização e de diversas outras mais podem contribuir positivamente para o julgamento do mérito.

Mas, da mesma forma, são diversas as contribuições neoconservadoras e contra a ADPF, tendo em vista a usurpação da bandeira da "defesa da vida" por organizações que buscam mascarar violências sofridas por meninas e mulheres, dessa forma, as autoras Larissa Rybka e Cristiane Cabral defendem que

> a justiça reprodutiva, enquanto práxis política que articula a saúde e os direitos reprodutivos a uma defesa radical da justiça social e do conjunto dos direitos humanos, tem sido uma baliza fundamental para conduzir as nossas lutas nesse cenário desafiador.[22]

Ou seja, todo esse cenário demonstra circunstâncias em que diversas organizações que representam e trabalham diretamente com grupos vulneráveis socialmente puderam ter suas perspectivas consideradas em um processo judicial de grande relevância. Contudo, ao mesmo tempo, o instituto do *amicus curiae* permitiu que fossem ouvidas, também, perspectivas que se caracterizam como o contraditório – organizações de toda sorte que se escudam sob uma suposta bandeira de defesa à vida para irem contra os direitos humanos de meninas e mulheres.

Damares Medina tratou sobre assuntos análogos à Arguição em questão, em que ingressam diversos *amici curiae* com opiniões polarizadas:

> Conclui-se que o ingresso do amicus curiae contribui positivamente para o aumento das alternativas interpretativas do processo de tomada de decisões, promovendo a abertura procedimental e a pluralização da jurisdição constitucional. Contudo, o ingresso polarizado do amicus curiae pode

[22] RYBKA, Larissa Nadine; CABRAL, Cristiane da Silva. Morte e vida no debate sobre aborto: uma análise a partir da audiência pública sobre a adpf 442. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902023220527pt, p. 11.

> contribuir negativamente para o desequilíbrio do jogo informacional, aumentando a distribuição assimétrica de informações entre todas as partes envolvidas no processo de tomada de decisão.[23]

Essa pluralidade, embora bem-vinda, traz desafios, como a necessidade de garantir a representatividade sem comprometer a eficiência processual e a imparcialidade. Assim, o *amicus curiae* se firma como um instrumento de grande potencial para democratizar o acesso à justiça, mas que requer constante aprimoramento de seus critérios e de sua prática para evitar distorções e assegurar um uso do processo judicial da forma que melhor atenda aos objetivos de um Estado Democrático de Direito.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar o papel do *amicus curiae* no sistema judicial brasileiro, com foco especial no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a perspectiva do acesso à justiça. A figura do "amigo da corte", conforme discutido, é um instrumento processual que visa democratizar o Judiciário, ampliando a participação de grupos sociais e garantindo que decisões de grande relevância contemplem uma pluralidade de perspectivas.

Os casos concretos analisados, como a ADPF 442, evidenciam que o *amicus curiae* tem sido um importante canal para incluir vozes historicamente marginalizadas no debate judicial. Sua atuação permite que questões sociais, econômicas e culturais sejam consideradas na formação das decisões judiciais, contribuindo para a legitimidade e para o caráter inclusivo das instituições democráticas.

No entanto, também foram identificados desafios que comprometem a efetividade do instituto. Entre eles, destacam-se a possibilidade de distorção de seu uso por grupos com maior poder econômico, a falta de critérios claros e uniformes para a admissão dos *amici curiae* e as barreiras logísticas e financeiras enfrentadas por organizações menos estruturadas. Esses obstáculos revelam a necessidade de

[23] MEDINA, Damares. **Amigo da corte ou amigo da parte? Amicus Curiae no Supremo Tribunal Federal**. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília-DF, 2008, p. 181.

uma regulação mais robusta e transparente, que promova o equilíbrio entre a inclusão de perspectivas diversas e a eficiência processual.

Conclui-se que o *amicus curiae* desempenha um papel crucial na promoção do acesso à justiça, mas sua efetividade depende de ajustes que garantam sua utilização de maneira mais equitativa e acessível. Apenas por meio de reformas estruturais e da manutenção de seu caráter colaborativo é que o instituto poderá cumprir plenamente seu potencial como um instrumento de fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Por fim, ressalta-se que a pluralização do debate judicial não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma oportunidade para construir decisões mais justas e representativas. Assim, o fortalecimento do *amicus curiae*, aliado a políticas que promovam a inclusão de grupos vulneráveis, representa um caminho promissor para a consolidação de um sistema judicial verdadeiramente acessível e democrático.

Nesse sentido, é importante destacar que o desenvolvimento do amicus curiae no Brasil deve ser acompanhado por um esforço constante para integrar as inovações tecnológicas aos procedimentos judiciais. A implementação de ferramentas digitais que facilitem a participação de organizações e grupos de interesse pode ampliar significativamente o alcance desse instituto. Além disso, iniciativas voltadas para a capacitação de advogados e representantes de comunidades marginalizadas são essenciais para garantir que todos tenham condições de contribuir efetivamente no processo judicial.

Ademais, é necessário que o STF e outros órgãos do Poder Judiciário mantenham um diálogo constante com a sociedade civil, promovendo audiências públicas e mecanismos de consulta que permitam a manifestação de uma ampla diversidade de opiniões. Esse engajamento não apenas fortalece a confiança da população no sistema judicial, mas também contribui para a construção de uma justiça mais responsiva às necessidades reais da sociedade.

Em suma, o *amicus curiae* não é apenas um instrumento processual, mas também um reflexo do compromisso do Judiciário com a inclusão e a representatividade. Seu fortalecimento e aprimoramento representam não apenas uma oportunidade de avanço para o sistema de justiça, mas também um passo

fundamental na consolidação de uma democracia substantiva, onde todas as vozes, especialmente as mais vulneráveis, sejam ouvidas e consideradas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.M. **Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39502.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Acessibilidade social: um novo conceito como fator de inclusão no acesso à justiça, via processo eletrônico, à luz do princípio constitucional da isonomia material. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 15, n. 87, p. [84]-105, dez. 2018.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442**. Protocolado em 08/03/2017. Rel. Min. Flavio Dino. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865. Acesso em: 13 dez. 2024

BRASIL. **Código de Processo Civil. Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 13 dez. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5108 AgR, Relator: Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 20 fev. 2018, **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-043, divulgado em 6 mar. 2018, publicado em 7 mar. 2018. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ementa: Embargos de declaração na ação direta de inconstitucionalidade. Ilegitimidade de oposição pelo amicus curiae. ADI 5704 ED, Relator: Ministro André Mendonça, Tribunal Pleno, julgado em 10 out. 2022. **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-260, divulgado em 19 dez. 2022, publicado em 9 jan. 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 602584 AgR, Relator: Ministro Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão: Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 17 out. 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**, DJe-065, divulgado em 19 mar. 2020, publicado em 20 mar. 2020. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 13 dez. 2024

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus curiae**. Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/163/edicao-1/amicus-curiae. Acesso em: 13 dez. 2024

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: SAFE, 1988.

MADUREIRA, Claudio Penedo. Formalismo, instrumentalismo e formalismo-valorativo. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 253-283, 2015.

MEDINA, Damares. **Amigo da corte ou amigo da parte? Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília-DF, 2008.

OLIVEIRA, Jadson Correia de; SILVA, Ivan Luiz da; AMORIM, Fernando Sérgio Tenório de. As audiências públicas no STF: a adoção de um modelo cooperativo de controle de constitucionalidade das normas. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 39, n. 78, p. 175-198, 2018. https://doi.org/10.5007/2177-7055.2018v39n78p175.

RYBKA, Larissa Nadine; CABRAL, Cristiane da Silva. Morte e vida no debate sobre aborto: uma análise a partir da audiência pública sobre a ADPF 442. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902023220527pt.

A autora gostaria de agradecer à FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina) por financiar e viabilizar o presente estudo, por meio de Bolsa de Mestrado.